

VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE DEMOGRAFIA

Por Paulo Machado e Lara P. Tavares

A discussão pública sobre as questões demográficas contemporâneas foi uma responsabilidade assumida de novo pela Associação Portuguesa de Demografia, com a realização do seu VI Congresso em Outubro de 2022. Esta é uma Associação de académicos e especialistas de demografia que se dedica, desde há vinte anos, à divulgação dos temas demográficos, em resultado do trabalho de pesquisa e reflexão dos seus membros nos diversos contextos em que este se realiza: nas universidades, em centros de investigação, nos institutos públicos e privados com responsabilidades nestes temas.

A questão da sustentabilidade demográfica foi identificada pela organização do Congresso como uma questão de charneira (key issue) para compreender as transformações sociais que vêm ocorrendo no Mundo, mas muito particularmente nos países Ocidentais confrontados com crescimento populacional muito baixo, ou mesmo negativo, forte envelhecimento e desequilíbrios geracionais inéditos. Cruzam-se neste conceito de sustentabilidade demográfica, ainda em fase de consolidação, problemas demográficos conhecidos (envelhecimento das populações, migrações internas e internacionais, baixa natalidade). O foco da sustentabilidade demográfica está muito claramente orientado para o enfrentamento das dinâmicas que não são amigas da coesão social territorial e que fazem aparecer, ou fazer persistir, desequilíbrios regionais muito desafiadoras para o desenvolvimento socio-económico de uma região ou mesmo de um país. Sob vários pontos de vista, a insustentabilidade demográfica pode ser vista, nomeadamente em Portugal, como um dado de estrutura da sociedade portuguesa, que séculos de história não eliminaram.

Entre 13 e 14 de outubro, cerca de 150 autores (numa divisão quase simétrica entre portugueses e estrangeiros, o que constituiu um interessante desafio logístico a um congresso presencial e online) abordaram as questões demográficas contemporâneas, enriquecendo-nos também pelo espectro interdisciplinar que captou contributos da análise demográfica, da demografia histórica, da economia, da sociologia, da ciência política, entre outras disciplinas aqui representadas. Foi estimulante poder contar com testemunhos resultantes de investigações realizadas em zonas do planeta tão distintas como Brasil, Índia, Rússia, Israel, Costa do Marfim ou Espanha, para mencionar algumas das realidades demográficas apresentadas.

Mas, porventura, o facto mais relevante na conceção e organização deste VI Congresso assentou no espaço que foi concedido às intervenções de palestrantes oriundos da classe política e com responsabilidades relevantes: parlamentares, membros do Governo Central. E as estes se juntaram comentadores políticos, dirigentes de organismos nacionais com responsabilidades na área dos dados demográficos, dirigentes internacionais representando o Fundo para a População das Nações Unidas, o que fez desta reunião aquela em que mais intervenientes sem formação demográfica participou, desde que a APD organiza este Congresso. Os debates organizados, nomeadamente nos quais os políticos participaram, foram uma tentativa de escrutinar o significado do que pode significar, hoje, uma política demográfica, mas também o que divide a Esquerda e

a Direita nestas matérias. Destaque para a intervenção do Presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva, que colocou as questões da população num patamar suprapartidário, considerando os desafios demográficos como designio coletivo. Augusto Santos Silva falou da necessidade de entender e estudar a realidade à nossa volta antes de nos emocionarmos com ela, sublinhando que uma das principais contribuições da investigação e conhecimento científico prende-se com a capacidade de relacionar as coisas. No mesmo sentido, defendeu uma abordagem interdisciplinar à realidade demográfica, a qual Augusto Santos Silva vê como um pilar fundamental do desenvolvimento humano.

O *keynote speaker* do Congresso, o demógrafo norueguês Vegard Skirbekk, discorreu sobre a necessidade de uma nova organização social adaptada a um regime demográfico de baixa fecundidade. Vegard sublinhou que a fecundidade flutuará provavelmente a níveis bastante baixos, mas argumentou que em vez de nos concentrarmos no aumento da fecundidade, que é um objetivo de muito difícil concretização, deveríamos concentrar-nos em lidar bem com ela. Salientou que nos devíamos concentrar muito mais nas melhorias de saúde e na forma como nos mantemos produtivos. Nas suas próprias palavras "o envelhecimento não é destino e depende de investimentos políticos sobre o quão bem envelhecemos (...) [assim] o futuro é caracterizado por uma fecundidade baixa e tardia, o que até poderá ser bastante bom".

Este Congresso, apoiado na sua realização pela Universidade de Lisboa, através do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e o Centro De Administração e Políticas Públicas, testou a relevância do conceito de Demografia Pública enquanto prática científica que procura enfatizar a expansão das fronteiras disciplinares da demografia, a fim de se envolver com audiências não académicas, suportando-se numa Demografia Social e em Estudos da População com preocupações relacionadas com a promoção da literacia demográfica entre a população e, nomeadamente, entre os decisores políticos e gestores de informação estatística relevante para o conhecimento das realidades demográficas do nosso tempo.